

MEMORIAL

Reconhecimento de Saberes e Competências — RSC-PCCTAE

(art. 16, II, e art. 17 da Resolução nº 711-CD/UFMS, de 6 de julho de 2026)

IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL	
Nome: Mariane Cristina Wolf	Nível de RSC pretendido: RSC-UFMS V – a confirmar após consolidação final da pontuação
Cargo: Assistente em Administração	Data de ingresso na IFE: 23/04/2019
Lotação: Ouvidoria (OUV/RTR)	

1. Trajetória profissional (art. 17, I)

Minha trajetória profissional na UFMS é marcada pela ampliação progressiva das responsabilidades assumidas e pela atuação em temas relacionados à governança pública, transparência, participação social, integridade, proteção de dados pessoais e aperfeiçoamento da gestão universitária. Ao longo da carreira, passei a atuar na formulação de soluções institucionais, na elaboração de instrumentos normativos e de governança e na condução de projetos estratégicos destinados ao fortalecimento da Administração Pública no âmbito da Universidade.

Em 23 de abril de 2019, ingressei na UFMS como Técnica-Administrativa em Educação, ocupando o cargo de Assistente em Administração, com lotação na Ouvidoria. Desde o ingresso, passei a atuar na organização dos processos de trabalho da unidade, no atendimento às demandas relacionadas ao controle e à participação social e na implementação de melhorias voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Ouvidoria.

Naquele momento, a Ouvidoria, embora instituída em 2005, ainda não possuía regulamento próprio disciplinando sua organização, competências e funcionamento. A atuação desenvolvida nos anos seguintes envolveu o mapeamento dos processos de trabalho, a revisão de procedimentos, a consolidação de práticas administrativas e a estruturação de mecanismos de governança da unidade. Esse trabalho subsidiou a elaboração da primeira Resolução específica da Ouvidoria, aprovada em 2023, posteriormente revisada em 2026 para adequação à evolução normativa, às orientações da Controladoria-Geral da União e ao amadurecimento institucional alcançado pela unidade.

O desenvolvimento das atividades desempenhadas refletiu-se na ampliação gradual das responsabilidades institucionais que me foram confiadas. Em outubro de 2021, fui designada Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais da UFMS, passando a responder tecnicamente pela implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito institucional. No mês seguinte, fui designada para exercer a função

de Ouvidora da UFMS, assumindo a direção da unidade e a condução das ações relacionadas à transparência, ao acesso à informação, à participação social, à integridade pública e à proteção de dados pessoais.

Paralelamente ao exercício dessas funções, passei a integrar comissões, grupos de trabalho, comitês e demais instâncias colegiadas instituídas para subsidiar decisões da Administração Superior. Atuei em iniciativas relacionadas ao planejamento institucional, à segurança da informação, ao credenciamento institucional, à elaboração dos instrumentos de planejamento da Universidade, à transição de gestão e à implementação de projetos estratégicos. A participação nessas instâncias ampliou minha atuação para além da Ouvidoria, permitindo acompanhar processos institucionais sob diferentes perspectivas e contribuir para a construção de soluções envolvendo múltiplas áreas da Universidade.

Ao longo desse período, também presidi as Comissões de Assessoramento em Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e às Discriminações. Nessas funções, coordenei equipes multidisciplinares, conduzi reuniões técnicas, organizei diagnósticos institucionais e participei da elaboração de propostas que resultaram na implementação de políticas, programas, planos e instrumentos normativos posteriormente incorporados à gestão da Universidade.

A ampliação das responsabilidades não decorreu apenas das designações recebidas, mas da atuação continuada na formulação de soluções para demandas institucionais complexas. Ao longo da trajetória, participei da elaboração de normas, programas, políticas, planos, projetos, instrumentos de governança, materiais técnicos e ações de capacitação que passaram a orientar a atuação das unidades administrativas em temas relacionados à transparência, proteção de dados pessoais, integridade, prevenção aos assédios, planejamento institucional e melhoria dos processos administrativos.

A experiência acumulada nesse percurso permitiu ampliar gradativamente o campo de atuação profissional, passando da execução de atividades administrativas para a coordenação técnica de projetos, assessoramento à Administração Superior, produção normativa e articulação entre diferentes unidades da Universidade. Os conhecimentos desenvolvidos ao longo dessa trajetória foram continuamente aplicados na construção de soluções institucionais que permanecem integradas aos processos administrativos e à estrutura de governança da UFMS.

2. Descrição das atividades e experiências por critério (art. 17, II)

Requisito I — Participação em grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, representações ou similares

Ao longo da minha atuação na UFMS, integrei e presidi comissões, grupos de trabalho, comitês e demais instâncias colegiadas instituídas para subsidiar a Administração Superior na formulação de políticas institucionais, na elaboração e revisão de normas, no planejamento institucional, na implementação de projetos estratégicos e no aperfeiçoamento da governança universitária. Essas designações abrangeram diferentes áreas da gestão pública universitária e acompanharam a ampliação das responsabilidades assumidas ao longo da minha trajetória profissional.

Presidi, em duas composições sucessivas, a Comissão de Assessoramento em Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, responsável por acompanhar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na Universidade. Nesse período, coordenei os trabalhos da comissão e acompanhei e auxiliei a elaboração dos instrumentos necessários à estruturação da governança em privacidade, entre eles programas institucionais, políticas, inventários de dados pessoais, relatórios de impacto e orientações técnicas. A recondução à presidência da Comissão permitiu dar continuidade às ações em andamento e assegurar maior integração entre as iniciativas relacionadas à proteção de dados pessoais.

Também presidi a Comissão de Assessoramento responsável pelo diagnóstico institucional e pela proposição de medidas destinadas à prevenção e ao enfrentamento dos assédios e das discriminações. Os trabalhos desenvolvidos resultaram na elaboração de diagnóstico institucional, na identificação de vulnerabilidades e na apresentação de propostas que subsidiaram a construção de orientações e normativos institucionais de prevenção e enfrentamento aos assédios e discriminações e de outros instrumentos voltados ao fortalecimento da integridade institucional. A condução da Comissão exigiu articulação entre diferentes unidades administrativas, sistematização das contribuições recebidas e coordenação das atividades necessárias à consolidação das propostas apresentadas à Administração Superior.

Além das atividades de coordenação, participei de diversas comissões, grupos de trabalho e instâncias colegiadas voltadas ao planejamento institucional, ao credenciamento institucional, à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/PPI) e do Plano de Desenvolvimento da Unidade da Reitoria (PDU), à revisão do Código de Ética da Universidade, à transição de gestão da Reitoria, ao Programa UFMS Sustentável 2.0, ao UFMS Experience e às comissões de inventário patrimonial. Também integro a Comissão Permanente de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e às Discriminações e a Comissão de Assessoramento de Acompanhamento de Segurança da Informação, vinculada ao Comitê de Gestão Digital e Comunicação (CGDIC), responsável pelas atribuições do Comitê de Segurança da Informação da UFMS. Além disso, participo do Comitê de Gestão de Integridade, Riscos, Controle, Transparência e Acesso à Informação (CGIRCI), do Comitê de Gestão Digital e Comunicação (CGDIC) e do Comitê de Governança Institucional (CGI), participando da análise, discussão e deliberação de matérias relacionadas ao aperfeiçoamento da governança universitária.

A atuação nessas instâncias possibilitou acompanhar diferentes dimensões da gestão institucional e compreender a interdependência entre planejamento, governança, gestão de riscos, transparência, segurança da informação e integridade. A participação em colegiados com objetos distintos também ampliou minha capacidade de construir soluções técnicas de forma integrada, considerando os impactos das decisões sobre diferentes unidades administrativas e alinhando as propostas aos objetivos estratégicos da Universidade.

As atividades desenvolvidas nesses colegiados ultrapassaram a participação formal em reuniões. Em diferentes momentos, atuei na elaboração de minutas normativas, consolidação de contribuições técnicas, organização dos trabalhos das comissões, sistematização de diagnósticos, elaboração de relatórios, acompanhamento da execução das deliberações e construção de propostas submetidas à Administração Superior. Os produtos resultantes dessas atividades permanecem incorporados à estrutura de governança da Universidade, orientando processos administrativos e subsidiando decisões institucionais.

A participação continuada em comissões, grupos de trabalho e comitês também ampliou minha capacidade de atuação em ambientes interdisciplinares, exigindo diálogo permanente com gestores, especialistas e representantes de diferentes áreas do conhecimento. Esse processo favoreceu o desenvolvimento de visão sistêmica sobre o funcionamento da Universidade e fortaleceu a atuação técnica voltada à construção de soluções institucionais colaborativas, juridicamente consistentes e alinhadas às diretrizes estratégicas da UFMS.

A diversidade das matérias tratadas nessas instâncias evidencia a ampliação progressiva do campo de atuação profissional e demonstra que a contribuição prestada à Universidade extrapolou uma área temática específica, alcançando diferentes dimensões da governança, do planejamento e da gestão universitária.

Requisito II — Participação e atuação em projetos institucionais, gestão e apoio ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e assistência especializada

Minha atuação na UFMS é marcada pela participação na concepção, estruturação, implementação e aperfeiçoamento de projetos institucionais voltados ao fortalecimento da governança universitária, da integridade pública, da transparência, da participação social, da proteção de dados pessoais e da melhoria contínua dos processos administrativos. Em diferentes momentos, atuei na identificação de necessidades institucionais, na construção de soluções, na elaboração de instrumentos de gestão e no acompanhamento da implementação das ações propostas, sempre em articulação com diferentes unidades da Universidade.

Desde meu ingresso na Ouvidoria, participei do processo de reorganização administrativa da unidade, contribuindo para o mapeamento dos processos de trabalho, revisão de procedimentos, padronização de fluxos, definição de indicadores de desempenho e estruturação dos instrumentos de planejamento e monitoramento. Esse trabalho permitiu organizar a atuação da unidade de forma mais integrada, criar mecanismos de acompanhamento dos resultados e subsidiar a elaboração do primeiro regulamento da Ouvidoria, aprovado em 2023 e posteriormente revisado em 2026 em razão da evolução normativa e do amadurecimento institucional alcançado pela unidade.

Nesse contexto, conduzi a implementação das ações decorrentes do [Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública \(MMOuP\)](#), elaborado pela Controladoria-Geral da União como instrumento de avaliação e aperfeiçoamento das ouvidorias públicas. A aplicação do modelo envolveu diagnóstico institucional, elaboração de plano de ação, acompanhamento das medidas implementadas e monitoramento da evolução da maturidade da unidade. Esse trabalho resultou na revisão de processos, no aperfeiçoamento dos procedimentos internos, na estruturação de indicadores de desempenho e no fortalecimento da Ouvidoria como unidade estratégica de governança.

Também participei da elaboração e implementação dos instrumentos de planejamento da unidade, especialmente do Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), promovendo seu alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional integrado ao Projeto Pedagógico Institucional (PDI/PPI) da UFMS. A definição de objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações fortaleceu a gestão orientada por resultados e contribuiu para o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pela unidade.

Participei dos grupos de trabalho responsáveis pelo desenvolvimento das iniciativas UFMS Experience e UFMS Sustentável 2.0, projetos estratégicos voltados ao aperfeiçoamento da experiência da comunidade universitária, da sustentabilidade institucional e da melhoria dos processos administrativos. Nessas iniciativas, participei da análise de procedimentos, do levantamento de demandas institucionais e da construção colaborativa de propostas destinadas ao aperfeiçoamento da gestão universitária.

Na área de governança em privacidade, coordenei e participei da implementação de projetos destinados à adequação institucional à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, envolvendo a elaboração do Programa de Conformidade e Governança em Privacidade, da Política Institucional de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, dos Inventários de Dados Pessoais, dos Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs) e de orientações técnicas destinadas às unidades administrativas. Esses projetos estruturaram a governança em privacidade da Universidade e estabeleceram procedimentos permanentes relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Também participei da construção de projetos destinados ao fortalecimento da integridade institucional. Em conjunto com a Corregedoria, PROCIDS, PROAES e outras unidades administrativas, participei da elaboração do Plano Institucional de Prevenção e Enfrentamento aos Assédios e Discriminações, cuja equipe de elaboração encontra-se expressamente identificada no próprio documento institucional. Elaborei o Guia para Realização de Denúncias de Assédio e Discriminação, destinado à orientação da comunidade universitária quanto aos canais institucionais e aos procedimentos aplicáveis às situações de assédio e discriminação. Esses projetos envolveram diagnóstico institucional, definição de fluxos de atuação, elaboração de instrumentos normativos e desenvolvimento de ações permanentes voltadas à prevenção, ao acolhimento e ao fortalecimento da cultura institucional de integridade.

Como desdobramento dessas iniciativas, idealizei e coordenei, em conjunto com a Corregedoria, o projeto Ouvidoria e Corregedoria Presentes, desenvolvido no âmbito da iniciativa Reitoria Presente. Atuei em todas as etapas do projeto, desde sua concepção, planejamento e organização até a execução das ações, articulação entre as unidades envolvidas, elaboração dos materiais técnicos, realização das atividades presenciais e avaliação dos resultados alcançados. O projeto aproximou a Ouvidoria e a Corregedoria da comunidade universitária por meio de ações educativas relacionadas à transparência, participação social, acesso à informação, proteção de dados pessoais, integridade pública e prevenção aos assédios e discriminações, fortalecendo a atuação preventiva das duas unidades.

A condução desses projetos exigiu atualização permanente em temas relacionados à Ouvidoria Pública, transparência, acesso à informação, proteção de dados pessoais, integridade, governança e prevenção aos assédios. Ao longo da trajetória participei de cursos, congressos, fóruns, oficinas e outras ações de desenvolvimento profissional voltadas a essas áreas, incorporando os conhecimentos adquiridos à elaboração dos projetos, dos instrumentos normativos, dos materiais técnicos e das ações de capacitação desenvolvidas na Universidade.

Os projetos desenvolvidos produziram resultados que permanecem incorporados à gestão da Universidade por meio de políticas institucionais, programas, normas, procedimentos, instrumentos de planejamento, materiais orientativos e ações permanentes de capacitação. As soluções construídas passaram a integrar os processos administrativos da UFMS e continuam apoiando a atuação das unidades administrativas em temas relacionados à governança, integridade, transparência, proteção de dados pessoais e melhoria contínua da gestão pública.

Requisito III — Recebimento de premiação em evento de reconhecimento público

Ao longo da minha trajetória na Universidade, desenvolvi atividades voltadas ao fortalecimento da governança universitária, da transparência, da participação social, da integridade, da proteção de dados

pessoais e da modernização da gestão administrativa. Os projetos, normas, programas, instrumentos de governança e ações institucionais desenvolvidos nesse período passaram a integrar a rotina administrativa da Universidade e contribuíram para o aperfeiçoamento permanente dos processos institucionais.

Em reconhecimento às contribuições prestadas à Universidade, recebi o título de Técnico-Administrativo em Educação Emérito, concedido pelo Conselho Universitário da UFMS. A homenagem constitui reconhecimento institucional à atuação desenvolvida na formulação de políticas institucionais, coordenação de projetos estratégicos, produção de instrumentos normativos e técnicos e implementação de iniciativas voltadas ao fortalecimento da governança universitária e da Administração Pública.

O reconhecimento recebido decorre de uma trajetória construída de forma colaborativa com diferentes unidades administrativas, pró-reitorias, agências e órgãos de assessoramento da Administração Superior. Em diferentes momentos, atuei na coordenação técnica ou na elaboração de programas, políticas, normas, projetos e instrumentos de gestão que passaram a integrar a estrutura permanente da Universidade, contribuindo para a consolidação de práticas relacionadas à transparência, proteção de dados pessoais, integridade, participação social e melhoria contínua da gestão.

A concessão dessa distinção representa o reconhecimento, pela própria Instituição, de que a atuação desenvolvida produziu resultados relevantes para a UFMS e contribuiu para o aperfeiçoamento de seus processos administrativos. Considero esse reconhecimento especialmente significativo por decorrer da avaliação institucional da trajetória profissional construída ao longo dos anos de atuação na Universidade, constituindo evidência objetiva das contribuições apresentadas neste memorial.

Requisito IV — Designação para assunção de responsabilidades técnico-administrativas ou especializadas

Ao longo da minha trajetória profissional, fui designada para exercer atribuições técnico-administrativas e especializadas que ampliaram progressivamente o campo de atuação inicialmente relacionado ao cargo efetivo de Assistente em Administração. Essas designações decorreram da necessidade de atuação em áreas estratégicas da Universidade e exigiram o desenvolvimento de conhecimentos específicos, permanente atualização normativa e capacidade de assessoramento técnico à Administração Superior.

Em outubro de 2021, fui designada Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais da UFMS, passando a exercer as atribuições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e nas normas complementares aplicáveis à Administração Pública. A função envolveu a interlocução entre a Universidade, os titulares de dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como a coordenação técnica das ações necessárias à implementação da governança em privacidade na Instituição.

No exercício dessa atribuição, acompanhei a elaboração dos Inventários de Dados Pessoais e dos Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs), coordenei a elaboração do Programa de Conformidade e Governança em Privacidade, participei da revisão da Política Institucional de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e produzi orientações técnicas destinadas às unidades administrativas. Também atuei na análise de situações concretas envolvendo tratamento de dados pessoais, classificação da informação, transparência ativa e passiva e compatibilização entre publicidade dos atos administrativos e proteção de direitos fundamentais.

Além da atuação na área de proteção de dados pessoais, fui designada como Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação, responsável pelo acompanhamento das medidas necessárias ao cumprimento da Lei nº 12.527/2011 no âmbito institucional, e como responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), coordenando as atividades relacionadas à transparência passiva e ao atendimento das solicitações de acesso à informação apresentadas à Universidade.

Também fui designada, juntamente com a Corregedora, como responsável pela Unidade Setorial de Integridade da UFMS. Nessa função, participei da implementação de ações relacionadas à Política de Integridade da Universidade, da integração entre os diferentes mecanismos de governança e da construção de instrumentos voltados ao fortalecimento da prevenção, detecção e tratamento de irregularidades, sempre em articulação com as demais unidades responsáveis pelas funções de integridade.

O exercício simultâneo dessas atribuições exigiu compreender de forma integrada temas relacionados à proteção de dados pessoais, transparência pública, acesso à informação, gestão de riscos, integridade, segurança da informação e governança institucional. Em diversas situações, foi necessário harmonizar normas com finalidades distintas, construir entendimentos técnicos aplicáveis à realidade da Universidade e propor soluções capazes de assegurar conformidade normativa, segurança jurídica e eficiência administrativa.

As responsabilidades assumidas nessas designações também demandaram intensa articulação institucional. A implementação das medidas decorrentes da LGPD, da Lei de Acesso à Informação e das políticas de integridade exigiu atuação conjunta com pró-reitorias, agências, unidades acadêmicas e administrativas, órgãos colegiados e instâncias de assessoramento da Administração Superior. Essa atuação possibilitou integrar diferentes perspectivas técnicas na construção de soluções institucionais e consolidou uma forma de trabalho baseada na cooperação entre áreas com competências complementares.

As designações recebidas ao longo da trajetória evidenciam a confiança institucional depositada para atuação em funções que exigem elevado grau de responsabilidade técnica, interpretação normativa e capacidade de assessoramento especializado. Mais do que assumir novas atribuições, essas experiências ampliaram minha atuação para áreas estratégicas da governança universitária e possibilitaram transformar conhecimentos especializados em instrumentos permanentes de apoio à gestão e ao aperfeiçoamento institucional.

Requisito V — Exercício de função ou cargo de direção ou de assessoramento institucional

Em novembro de 2021, fui designada para exercer a função de Ouvidora da UFMS, assumindo a direção da unidade responsável pela promoção da participação social, pelo tratamento das manifestações dos usuários dos serviços públicos, pelo acesso à informação, pela transparência pública e pela interlocução entre a comunidade universitária e a Administração Superior. O exercício da função ampliou significativamente o campo de atuação inicialmente vinculado ao cargo efetivo, passando a envolver planejamento, gestão da unidade, assessoramento institucional e coordenação de projetos estratégicos.

Ao assumir a direção da Ouvidoria, identifiquei a necessidade de reorganizar os processos de trabalho e fortalecer a atuação da unidade como estrutura de governança da Universidade. Foram revisados procedimentos internos, mapeados fluxos de trabalho, definidos indicadores de desempenho e implantados instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. Esse processo permitiu organizar a atuação da unidade de forma mais estruturada e orientada por resultados.

Um dos principais marcos desse processo foi a elaboração do primeiro regulamento específico da Ouvidoria, aprovado em 2023. Até então, embora criada em 2005, a unidade não possuía norma própria disciplinando sua organização e funcionamento. A regulamentação representou importante avanço institucional ao estabelecer competências, procedimentos, responsabilidades e mecanismos de governança para a atuação da Ouvidoria. Em 2026, diante da evolução normativa, das orientações da Controladoria-Geral da União e da maturidade alcançada pela unidade, conduzi a revisão do regulamento, promovendo sua atualização e adequação às novas demandas institucionais.

A gestão da unidade também foi marcada pela ampliação de sua atuação para além do tratamento das manifestações recebidas. A Ouvidoria passou a participar da elaboração de políticas institucionais, programas, planos, normas, projetos estratégicos e ações voltadas à proteção de dados pessoais, integridade pública, prevenção e enfrentamento dos assédios e discriminações, transparência, acesso à informação e fortalecimento da governança universitária. Essa atuação consolidou a unidade como instância de assessoramento permanente da Administração Superior.

Nesse período, coordenei a implementação das ações decorrentes do [Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública \(MMOuP\)](#), conduzindo o diagnóstico institucional, a elaboração do plano de ação e o acompanhamento das medidas implementadas. A utilização desse instrumento permitiu identificar oportunidades de melhoria, aperfeiçoar processos internos, estruturar indicadores de desempenho e fortalecer a atuação preventiva da Ouvidoria.

Também idealizei e coordenei, em conjunto com a Corregedoria, o projeto Ouvidoria e Corregedoria Presentes, desenvolvido no âmbito da iniciativa Reitoria Presente. O projeto aproximou as duas unidades da comunidade universitária por meio de ações educativas realizadas nos câmpus da UFMS, difundindo informações sobre transparência, participação social, prevenção aos assédios, integridade pública, acesso à informação e utilização dos canais institucionais. Além de ampliar a presença institucional da Ouvidoria, o projeto fortaleceu sua atuação preventiva e educativa.

A gestão da unidade exigiu permanente articulação com pró-reitorias, agências, unidades acadêmicas, órgãos de integridade e instâncias colegiadas, tanto para construção de soluções conjuntas quanto para implementação de políticas institucionais. Essa atuação permitiu integrar diferentes áreas da Universidade na formulação de instrumentos destinados ao aperfeiçoamento da gestão universitária, fortalecendo a atuação transversal da Ouvidoria nos processos de governança institucional.

Os resultados alcançados decorreram de uma gestão orientada pelo planejamento, pela cooperação institucional, pela produção técnica e pela melhoria contínua dos processos administrativos. Ao longo desse período, a Ouvidoria ampliou sua participação nas decisões estratégicas da Universidade, consolidou novos instrumentos de governança e passou a atuar de forma integrada com diferentes unidades na construção de soluções institucionais permanentes.

A recondução para um segundo mandato, em 2024, permitiu assegurar continuidade às ações estruturantes iniciadas na gestão anterior e dar prosseguimento aos projetos de fortalecimento institucional já implementados. A continuidade da gestão favoreceu o amadurecimento das iniciativas em andamento, a consolidação das políticas desenvolvidas e a ampliação da atuação estratégica da Ouvidoria no âmbito da Administração Superior.

O exercício da função de Ouvidora possibilitou desenvolver uma forma de atuação baseada na integração entre planejamento, governança, produção normativa, gestão por processos e articulação institucional. Mais do que administrar uma unidade, a experiência permitiu estruturar mecanismos permanentes de gestão, fortalecer a atuação da Ouvidoria como unidade estratégica e contribuir para a incorporação de soluções voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da governança da UFMS.

Requisito VI — Produção, prospecção e difusão de conhecimento científico ou técnico

Ao longo da minha atuação na UFMS, desenvolvi atividades relacionadas à elaboração de normas, programas, políticas institucionais, planos, procedimentos, materiais técnicos e instrumentos de governança destinados ao aperfeiçoamento da gestão universitária. A produção técnica desenvolvida nesse período esteve voltada à solução de demandas institucionais concretas, buscando transformar requisitos legais e necessidades administrativas em instrumentos permanentes de gestão.

A produção normativa constitui um dos principais eixos dessa atuação. Ao longo da trajetória elaborei e participei da elaboração e revisão de resoluções, instruções normativas, programas institucionais, políticas, planos, protocolos, procedimentos operacionais, guias, notas técnicas e demais instrumentos relacionados à Ouvidoria, à proteção de dados pessoais, à integridade pública, ao acesso à informação, à transparência, à prevenção e ao enfrentamento dos assédios e discriminações e ao aperfeiçoamento dos processos administrativos. A elaboração desses documentos exigiu pesquisa normativa, análise da legislação aplicável, acompanhamento das orientações dos órgãos de controle, consolidação de contribuições técnicas e articulação entre diferentes unidades administrativas para construção de soluções compatíveis com a realidade institucional.

Quando passei a atuar na Ouvidoria, em 2019, a unidade, embora criada em 2005, ainda não possuía regulamento próprio disciplinando sua organização e funcionamento. A organização dos processos de trabalho, o mapeamento das atividades desenvolvidas, a consolidação dos fluxos administrativos e a experiência acumulada pela unidade subsidiaram a elaboração da primeira Resolução específica da Ouvidoria, aprovada em 2023, estabelecendo sua organização, competências e procedimentos de atuação. Posteriormente, diante da evolução normativa, do amadurecimento institucional da unidade e das novas diretrizes aplicáveis às ouvidorias públicas, elaborei a revisão desse regulamento, aprovada em 2026, promovendo sua atualização e adequação às orientações da Controladoria-Geral da União e às boas práticas de governança pública. Essas iniciativas acompanharam a evolução da maturidade institucional da Ouvidoria e consolidaram instrumentos permanentes para organização de sua atuação.

Na área da proteção de dados pessoais, coordenei tecnicamente a elaboração do primeiro Programa de Conformidade e Governança em Privacidade da UFMS e, posteriormente, participei da elaboração da nova versão do Programa, adequada à evolução normativa e às necessidades institucionais identificadas durante sua implementação. Também participei da revisão da Política Institucional de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, acompanhei a elaboração dos Inventários de Dados Pessoais e dos Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPDs) e produzi materiais técnicos destinados a orientar a atuação das unidades administrativas, entre eles notas técnicas, manuais, orientações e modelos de documentos

relacionados à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Elaborei, ainda, em conjunto com a Agetic e a Agecom, a Instrução Normativa destinada a disciplinar a classificação de documentos contendo dados pessoais no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), estabelecendo critérios complementares para compatibilizar transparência administrativa, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

A produção técnica também se estendeu às ações voltadas ao fortalecimento da integridade institucional. Na condição de responsável pela Unidade Setorial de Integridade, elaborei, em conjunto com a Corregedora da UFMS, a atualização do Plano de Integridade da Universidade, promovendo sua adequação às diretrizes mais recentes de governança, gestão de riscos e integridade pública.

Em conjunto com a Corregedoria e a PROCIDS, participei da elaboração da Instrução Normativa que disciplinou os procedimentos de atuação da Rede de Acolhimento da UFMS, estabelecendo responsabilidades, fluxos de atuação e diretrizes para o acolhimento das pessoas em situação de violência, assédio ou discriminação.

Além da produção normativa, elaborei diagnósticos institucionais, relatórios gerenciais, fluxogramas, modelos de documentos, apresentações técnicas, materiais orientativos e outros instrumentos utilizados para subsidiar decisões administrativas e apoiar a implementação das políticas institucionais desenvolvidas. Esses trabalhos exigiram análise dos processos existentes, identificação de riscos, sistematização de informações e construção de soluções compatíveis com os objetivos estratégicos da Universidade.

A elaboração desses instrumentos esteve permanentemente acompanhada de ações voltadas à disseminação do conhecimento produzido. Ao longo da trajetória ministrei palestras, cursos, oficinas e ações educativas destinadas a servidores, estudantes e gestores sobre Ouvidoria Pública, acesso à informação, proteção de dados pessoais, integridade pública, prevenção dos assédios e mecanismos institucionais de governança. As ações de capacitação foram utilizadas para apoiar a implementação dos instrumentos produzidos, promover a uniformização de procedimentos e ampliar a capacidade técnica das unidades administrativas.

Os instrumentos produzidos ao longo desse período passaram a integrar a rotina administrativa da Universidade. Resoluções, programas institucionais, instruções normativas, políticas, planos, manuais, fluxos, orientações técnicas e materiais educativos permanecem orientando a atuação das unidades administrativas, subsidiando decisões da Administração Superior e contribuindo para a padronização dos processos institucionais, para a segurança jurídica e para o fortalecimento da governança universitária.

A atualização permanente dos conhecimentos também integrou essa trajetória. A participação em cursos, fóruns, oficinas, congressos e demais ações de desenvolvimento profissional permitiu acompanhar a evolução da legislação, da jurisprudência administrativa, das orientações dos órgãos de controle e das boas práticas da Administração Pública. Os conhecimentos adquiridos foram continuamente incorporados à elaboração dos instrumentos produzidos, aos projetos conduzidos e às ações educativas desenvolvidas na Universidade.

A produção técnica desenvolvida ao longo dessa trajetória demonstra que os conhecimentos adquiridos foram continuamente convertidos em instrumentos institucionais permanentes, destinados a organizar processos, orientar a atuação das unidades administrativas e apoiar a tomada de decisão pela Administração Superior. Mais do que atender a demandas específicas, os produtos elaborados passaram a integrar a estrutura de governança da UFMS e continuam produzindo efeitos concretos na gestão universitária.

3. Demonstração dos saberes e competências desenvolvidos (art. 17, III)

A trajetória profissional apresentada neste memorial permitiu a consolidação de saberes construídos a partir da atuação em diferentes áreas da gestão universitária, especialmente nos temas relacionados à governança pública, transparência, proteção de dados pessoais, integridade, acesso à informação, planejamento institucional e aperfeiçoamento dos processos administrativos. A atuação em projetos institucionais, a assunção de responsabilidades especializadas e a produção de instrumentos de gestão proporcionaram experiências que ultrapassaram a execução das atribuições inerentes ao cargo efetivo e exigiram constante atualização técnica, análise crítica e construção de soluções compatíveis com a realidade institucional da UFMS.

Ao longo desse percurso, a atuação em diferentes instâncias de governança permitiu compreender a Universidade de forma integrada, considerando a relação entre planejamento, gestão, controle, transparência, participação social, integridade e conformidade normativa. A participação em comissões, grupos de trabalho, comitês e projetos estratégicos exigiu analisar problemas institucionais sob diferentes perspectivas, compatibilizar interesses de unidades com competências distintas e construir soluções capazes de atender simultaneamente aos objetivos estratégicos da Universidade, às exigências legais e às orientações dos órgãos de controle.

A elaboração e a revisão de resoluções, instruções normativas, políticas institucionais, programas, planos, protocolos, procedimentos operacionais, manuais, guias e demais instrumentos técnicos exigiram estudo permanente da legislação, pesquisa normativa, acompanhamento da evolução regulatória e diálogo contínuo com diferentes áreas da Universidade. Esse processo permitiu compreender a produção

normativa não apenas como atividade de redação de atos administrativos, mas como instrumento de organização institucional, padronização de procedimentos, mitigação de riscos e fortalecimento da segurança jurídica.

A recorrente participação em grupos de trabalho, comissões e processos de elaboração normativa também ampliou a compreensão sobre o funcionamento sistêmico da Universidade e sobre a necessidade de integrar conhecimentos técnicos provenientes de diferentes áreas. Em diversas oportunidades, a construção das soluções institucionais exigiu conciliar aspectos jurídicos, administrativos, tecnológicos, acadêmicos e organizacionais, transformando contribuições técnicas distintas em instrumentos únicos, aplicáveis e compatíveis com a estrutura administrativa da UFMS.

A reorganização da Ouvidoria, a implementação das ações decorrentes do Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública, a estruturação dos processos de trabalho da unidade, a definição de indicadores de desempenho, a elaboração dos instrumentos de planejamento e o acompanhamento sistemático dos resultados contribuíram para ampliar a compreensão sobre gestão por processos e melhoria contínua. Essas experiências evidenciaram que o aperfeiçoamento institucional depende da identificação das causas dos problemas, da definição de objetivos claros, do monitoramento permanente das ações implementadas e da revisão periódica dos procedimentos adotados.

A atuação como Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais ampliou o conhecimento sobre governança em privacidade, gestão de riscos, segurança da informação e conformidade regulatória. A implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais exigiu interpretar situações concretas envolvendo transparência pública, acesso à informação, publicidade dos atos administrativos, proteção de dados pessoais e direitos dos titulares, construindo soluções que compatibilizassem esses diferentes regimes jurídicos com a realidade da Universidade. Esse processo também demandou diálogo permanente com gestores, unidades administrativas e órgãos de assessoramento, fortalecendo a atuação técnica em temas de natureza transversal.

Grande parte das soluções descritas neste memorial foi construída de forma colaborativa. A elaboração de políticas institucionais, programas, projetos, planos e instrumentos normativos envolveu a atuação conjunta com pró-reitorias, agências, órgãos de integridade, unidades acadêmicas e administrativas e instâncias colegiadas. Essa forma de atuação exigiu coordenação de equipes multidisciplinares, organização dos trabalhos, sistematização das contribuições recebidas e construção de consensos técnicos, permitindo integrar diferentes perspectivas na formulação das soluções apresentadas à Administração Superior.

Outro aspecto consolidado ao longo dessa trajetória refere-se à gestão do conhecimento. A elaboração de materiais técnicos, manuais, guias, fluxos, notas técnicas, apresentações, cursos e ações de capacitação

possibilitou sistematizar o conhecimento produzido durante a execução das atividades e disponibilizá-lo para utilização pelas diferentes unidades administrativas da Universidade. A produção desses instrumentos reduziu a dependência de conhecimentos individualizados, favoreceu a uniformização de procedimentos e contribuiu para ampliar a capacidade técnica da Instituição na implementação das políticas e normas elaboradas.

O conhecimento produzido ao longo desse período não permaneceu restrito às atividades diretamente desenvolvidas pela Ouvidoria. Os instrumentos elaborados passaram a orientar a atuação de diferentes unidades administrativas, subsidiando decisões da Administração Superior, disciplinando procedimentos internos e apoiando a implementação de políticas institucionais relacionadas à transparência, à proteção de dados pessoais, à integridade, à prevenção e ao enfrentamento dos assédios e discriminações e ao aperfeiçoamento da gestão universitária.

A atualização permanente dos conhecimentos também integrou essa trajetória profissional. A participação contínua em cursos, fóruns, congressos, oficinas e outras ações de desenvolvimento permitiu acompanhar a evolução da legislação, da jurisprudência administrativa, das orientações dos órgãos de controle e das boas práticas aplicáveis à Administração Pública. Os conhecimentos adquiridos foram incorporados à produção normativa, aos projetos desenvolvidos, às orientações técnicas elaboradas e às ações educativas promovidas no âmbito da Universidade, assegurando a atualização permanente das soluções implementadas.

Os saberes consolidados ao longo desse percurso resultam da integração entre experiência profissional, estudo contínuo, produção técnica e atuação institucional. As atividades desenvolvidas permitiram transformar conhecimento especializado em instrumentos permanentes de gestão, incorporados à rotina administrativa da Universidade por meio de normas, políticas institucionais, programas, projetos, materiais técnicos e ações de capacitação que permanecem orientando a atuação das unidades administrativas. Essa trajetória demonstra que o conhecimento construído ao longo da experiência profissional foi continuamente aplicado para estruturar soluções institucionais voltadas ao fortalecimento da governança, da segurança jurídica, da integridade, da transparência e da melhoria dos processos administrativos da UFMS.

4. Relação entre as atividades e o nível de RSC pretendido (art. 17, IV)

A trajetória profissional apresentada neste memorial demonstra a ampliação progressiva das responsabilidades assumidas, acompanhada da incorporação de conhecimentos especializados aplicados à solução de demandas institucionais de crescente complexidade. As atividades desenvolvidas ao longo desse percurso deixaram de se restringir à execução das atribuições inerentes ao cargo efetivo e passaram

a envolver assessoramento técnico à Administração Superior, coordenação de projetos institucionais, elaboração de instrumentos normativos, participação em instâncias de governança e condução de iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento permanente da gestão universitária.

As experiências descritas evidenciam que os conhecimentos adquiridos foram continuamente aplicados na construção de soluções incorporadas aos processos administrativos da Universidade. A elaboração de políticas institucionais, programas, planos, resoluções, instruções normativas, protocolos, materiais técnicos, ações educativas e instrumentos de governança demonstra que o conhecimento produzido ao longo da trajetória foi convertido em mecanismos permanentes de organização administrativa, padronização de procedimentos, mitigação de riscos e fortalecimento da segurança jurídica.

A atuação desenvolvida também evidencia a ampliação progressiva do campo de atuação profissional. Inicialmente concentradas nas atividades da Ouvidoria, as responsabilidades assumidas passaram a abranger temas relacionados à proteção de dados pessoais, integridade pública, transparência, acesso à informação, planejamento institucional, segurança da informação, prevenção e enfrentamento dos assédios e discriminações, além da participação em projetos estratégicos e em instâncias colegiadas responsáveis por subsidiar decisões da Administração Superior. Essa evolução demonstra uma trajetória caracterizada pela atuação transversal em diferentes áreas da gestão universitária.

Outro aspecto relevante consiste na natureza dos produtos resultantes dessa atuação. As atividades descritas neste memorial produziram instrumentos destinados a permanecer incorporados à estrutura administrativa da Universidade, orientando procedimentos, apoiando decisões institucionais e subsidiando a implementação de políticas públicas internas. A permanência desses produtos evidencia que os conhecimentos desenvolvidos ultrapassaram a esfera individual e passaram a integrar o patrimônio institucional da UFMS.

A documentação apresentada estabelece correspondência direta entre as atividades descritas neste memorial, os documentos comprobatórios anexados ao Sistema RSC-UFMS, os critérios indicados no requerimento e a respectiva folha de pontuação. As evidências contemplam diferentes requisitos previstos para o Reconhecimento de Saberes e Competências e demonstram uma trajetória construída em múltiplas dimensões da gestão universitária, envolvendo participação em colegiados, desenvolvimento e coordenação de projetos institucionais, exercício de funções especializadas, direção de unidade administrativa, produção normativa, elaboração de instrumentos técnicos e difusão do conhecimento.

As sucessivas designações para exercer funções estratégicas, integrar comissões, coordenar projetos e participar da elaboração de instrumentos institucionais relacionados a diferentes áreas da gestão universitária também evidenciam o reconhecimento institucional da atuação técnica desenvolvida ao longo

da carreira. A ampliação gradual das responsabilidades assumidas demonstra que o conhecimento adquirido foi continuamente aplicado na solução de demandas institucionais cada vez mais complexas, exigindo atuação interdisciplinar, interpretação normativa, articulação entre diferentes unidades administrativas e assessoramento técnico à Administração Superior.

O conjunto das evidências apresentadas demonstra que a evolução profissional ocorreu de forma contínua e foi acompanhada da ampliação dos saberes, da diversificação das responsabilidades e da produção de resultados institucionais permanentes. A trajetória descrita neste memorial evidencia a utilização do conhecimento técnico para estruturar processos, formular políticas institucionais, produzir instrumentos de governança e apoiar a implementação de soluções incorporadas à gestão da UFMS.

Entendo que essa trajetória atende aos pressupostos que fundamentam o Reconhecimento de Saberes e Competências, ao demonstrar que a experiência profissional foi convertida em conhecimento aplicado, inovação administrativa e aperfeiçoamento institucional, em consonância com a Lei nº 11.091/2005, com o Decreto nº 13.048/2026 e com a regulamentação interna da UFMS.

As atividades descritas neste memorial correspondem aos documentos comprobatórios individualizados apresentados no Sistema RSC-UFMS, observada a vinculação de cada evidência ao respectivo requisito e critério de avaliação. O conjunto das experiências relatadas demonstra a evolução da trajetória profissional, a consolidação de saberes e competências e a produção de resultados institucionais permanentes, fundamentos que embasam o presente pedido de Reconhecimento de Saberes e Competências.

Documento assinado digitalmente
 **MARIANE CRISTINA WOLF**
Data: 16/07/2026 15:42:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariane Cristina Wolf
Assistente em Administração